

A TEORIA ENUNCIATIVA DE BENVENISTE E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

THE ENVIRONMENTAL THEORY OF BENVENISTS AND THE TEACHING OF THE PORTUGUESE LANGUAGE: A POSSIBLE DIALOGUE

Fernanda Victória Cruz Adegas¹

Caroline Pereira de Oliveira²

RESUMO: O presente trabalho busca discutir as contribuições acerca da Teoria da Enunciação, proposta por Émile Benveniste, para o ensino da Língua Portuguesa, segundo as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, de forma a analisar as proposições de Benveniste em contraponto ao método de tratamento da língua pelas instituições de ensino básico. Desse modo, Benveniste postula que é por meio da linguagem que o homem se insere na sociedade, de maneira que é, também, pela interação cultural que os rudimentos de uma língua são aprendidos. Logo, nota-se que, majoritariamente, os PCN priorizam o ensino da Língua Portuguesa em sua norma-padrão, excluindo variantes da língua coloquial, as quais são absorvidas no falar cotidiano de um determinado grupo. Para tanto, são utilizadas obras de autores como Marcos Bagno, Roxane Rojo entre outros, a fim de verificar o tratamento do ensino das normas da Língua Portuguesa, em detrimento às particularidades de cada indivíduo, o que pode ser observado no diálogo com recortes da teoria de Benveniste. Destarte, a pesquisa possui caráter bibliográfico e analítico, à medida que são estudados excertos de textos dos autores supracitados, com o fito de estabelecer uma análise aos PCN, junto à teoria linguística de Benveniste.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Enunciação de Benveniste. Ensino da Língua Portuguesa. Parâmetros Curriculares Nacionais.

ABSTRACT: The present paper seeks to discuss the contributions about the Theory of Enunciation, proposed by Émile Benveniste for the teaching of the Portuguese Language, according to the guidelines of the National Curriculum Parameters - PCN, in order to analyze Benveniste's propositions as a counterpoint to the language treatment method basic education institutions. Thus, Benveniste postulates that it is through language that man inserts himself into society, so that it is also through cultural interaction that the rudiments of a language are learned. Therefore, it is noted that, for the most part, the PCN

¹ Graduanda em Letras Português-Inglês na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana/CPAQ. Email: fernanda.adegas@ufms.br

² Professora Adjunta no Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana/CPAQ. Email: olivcaroline@gmail.com

prioritize the teaching of the Portuguese in its standard norm, excluding variants of the colloquial language, which are absorbed in the daily speech of a certain group. Thus, works by authors such as Marcos Bagno, Roxane Rojo and others are used in order to verify the treatment of the teaching of Portuguese standards, in detriment to the particularities of each individual, which can be observed in the dialogue with clippings from the theory of Benveniste. Then, the research has a bibliographic and analytical character, as excerpts from texts by the aforementioned authors are studied, in order to establish an analysis of the PCN, along with Benveniste's theory.

KEYWORDS: Benveniste's enunciation theory. Portuguese Language Teaching. National Curriculum Parameters.

Introdução

Os estudos do linguista Émile Benveniste apresentam uma grande amplitude em sua obra, fato para o qual Flores (2013) afirma que é mister a realização de uma precisão teórica em uma área específica, na qual uma pesquisa pode ser desenvolvida. Nesse sentido, é relevante mencionar o fato de que, no Brasil, Benveniste é estudado, mormente, em análises enunciativas, discursivas e textuais, contudo sua teoria abrange outras linhas de pensamento, também. Com isso, frisa-se que nesta pesquisa serão utilizados os recortes teóricos de Benveniste em pontos a respeito da relação da linguagem e cultura, assim como do domínio semiótico e semântico e o conceito de semantismo social, visto que, segundo o autor, “à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 222). Portanto, é por meio da linguagem que o homem se constitui no ambiente social, logo, deve-se levar em consideração o aporte linguístico que todo ser humano falante de uma determinada língua possui, considerando, assim, toda forma de manifestação linguística.

Dada a assertiva acima, é fulcral mencionar o fato de que a contribuição de Benveniste oferece subsídios para a análise de como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) tratam o ensino da Língua Portuguesa, tendo em vista que a forma tida como a mais “correta” é a norma-padrão e, conseqüentemente, é a mais ensinada na escola. Desse modo, quando Benveniste postula acerca dos domínios semiótico e semântico, abrem-se questionamentos, visto que para o autor “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 229). Nessa perspectiva, acerca dessas maneiras, Benveniste pontua que as duas categorias essenciais da função linguística ocorrem no domínio semiótico, em que o signo precisa ser reconhecido, e no domínio semântico, no qual a unidade é o discurso, o qual necessita ser compreendido.

Por conseguinte, frisa-se que a presença das formas linguísticas possibilita uma compreensão acerca de que o ato da enunciação contém valores culturais, os quais são sempre únicos, haja vista que a enunciação é “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82), o que dá existência ao discurso. Nessa instância, instaura-se o que Benveniste chama de *semantismo social*, que é um conceito relativo à ação de enunciar uma língua a partir de seu uso semântico, isto é, por meio dos signos compreendidos no uso da língua, ou seja, no discurso. Nesse contexto, é pertinente dizer que a distância instaurada entre a língua-padrão e o seu emprego cotidiano (coloquialismo) ocasiona imbróglis no que diz respeito ao aprendizado na educação básica, uma vez que uma língua ensinada apenas em seu modo gramatical não consegue oferecer o aprendizado de toda esfera de comunicação para situações específicas, para o que Bagno (1999, p. 58) afirma:

A prática tradicional de ensino da língua portuguesa no Brasil deixa transparecer, além da crença no mito da ‘unidade da língua portuguesa’, a ideologia da necessidade de ‘dar’ ao aluno aquilo que ele ‘não tem’, ou seja, uma ‘língua’. Essa pedagogia paternalista e autoritária faz tabula rasa da bagagem linguística da criança, e trata-a como se seu primeiro dia de aula fosse também seu primeiro dia de vida. Trata-se de querer ‘ensinar’ ao invés de ‘educar’. (BAGNO, 1999, p. 58).

Nesse primórdio, pode-se concluir que os métodos de ensino da língua portuguesa excluem a bagagem linguística do aluno, ou seja, há a preferência pelo domínio semiótico, em detrimento do semântico, como se o último fosse “errado”. Porém, é notório que, na prática, embora, os PCN preconizam uma educação linguística pautada na gramática tradicional, em sua constituição teórica há excertos que afirmam ser um documento que elege um ensino de língua pautado nas diferentes formas de utilização para atingir objetivos específicos. Logo, pode-se afirmar que o documento possui a consciência de que o ensino de línguas deve ser realizado a fim de preparar o aluno para se comunicar em diferentes ambientes e situações, contudo sabe-se que essa realidade não é presente, hodiernamente, em instituições de ensino. Para tanto, observa-se abaixo um fragmento do PCN (BRASIL, 1999, p. 07):

Produzir linguagem significa produzir discursos: dizer alguma coisa a alguém, de uma determinada forma, em um determinado contexto histórico e em determinadas circunstâncias de interlocução. Isso significa que as escolhas feitas ao produzir um discurso não são aleatórias - ainda que possam ser inconscientes -, mas decorrentes das condições em que o discurso é realizado. (BRASIL, 1997, p. 07).

Destarte, partindo desta análise à teoria de Benveniste, com relação ao caráter social da língua, pretende-se, nesta pesquisa, oferecer um olhar linguístico, dentro das postulações que Benveniste escreveu em sua obra, com o fito de colaborar com o ensino da língua portuguesa, no âmbito de trazer reflexões sobre práticas de ensino, as quais não valorizam o aluno em sua bagagem linguística. Para tanto, como supracitado, estudar Benveniste requer precisões teóricas, visto que sua obra é densa e, portanto, deve-se delimitar os pontos de uma pesquisa específica. Ademais, Benveniste ainda não é um autor estudado, em demasia, por pesquisadores brasileiros, o que confere maior investigação em sua teoria. Em suma, a pesquisa também se baseia em autores como Marcos Bagno, Roxane Rojo, Ataliba Castilho entre outros, visto que eles oferecem respaldo teórico para análises do ensino da língua portuguesa e suas variações, juntamente aos PCN e à teoria de Benveniste.

A relação linguagem e cultura

Benveniste (1963/2005, p. 27) assinala que “a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de simbolizar”, portanto, para o autor, a linguagem representa uma capacidade de representação simbólica que se manifesta nos primórdios da vida humana, além de ser basilar para funções conceptuais. Dessa forma, frisa-se que essa representação simbólica é, segundo o autor, constitutiva do ser humano, a qual é construída e externada por meio de um sistema linguístico organizado, ou seja, Benveniste (1963) afirma que todo ser humano nasce com a faculdade de simbolizar, a qual é organizada e trabalhada por uma língua.

Por conseguinte, é importante destacar que o sistema simbólico é realizado por uma língua, contudo é, também, imerso na sociedade, de modo imanente, fato que Benveniste postula que “é dentro da, e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente” (BENVENISTE, 1995, p. 27). Assim, a linguagem torna-se a responsável pela inserção do homem na sociedade, bem como é por meio dela que a sociedade é concebida. Portanto, é indubitável dizer que os valores culturais de uma sociedade são aprendidos e intermediados pela linguagem, de maneira que um ser humano absorve a cultura por meio dos rudimentos de que uma determinada língua, a qual se manifesta na linguagem e, portanto, na interação *indivíduo-sociedade*.

Dada a assertiva acima, é mister referir a questão da faculdade simbólica, a qual, nas ideias de Benveniste, introduz a formação de um conceito como divergente do seu

objeto concreto, haja vista que se realiza por meio de dois planos: primeiro, o físico, moderado por um aparelho vocal e um auditivo; segundo, uma estrutura imaterial que externa experiências e situações. Sendo assim, pode-se afirmar que o símbolo funciona como um mediador, visto que organiza o pensamento e realiza-se na linguagem, além de ser repetido em diversos momentos. Para tanto, a respeito da relevância do signo, Benveniste (1963/2005, p. 31) explica:

O fato de existir semelhante sistema de símbolos revela-nos um dos dados essenciais, talvez o mais profundo da condição humana: o de que não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem. (BENVENISTE, 1963/2005, p. 31).

Portanto, para Benveniste, não é possível criar lacuna entre a linguagem e homem, visto que é ela que realiza as relações entre sujeito e sociedade. Nesse sentido, Benveniste ainda considera que a linguagem está inerente ao homem desde seus primeiros anos de vida e, com isso, afirma que é um equívoco denominá-la como “instrumento de comunicação”, uma vez que um “instrumento” é algo construído, ao contrário da linguagem, a qual, para o autor, é constitutiva do ser humano, como um aparato natural. Nisso, Benveniste (1958/2005, p. 285) diz que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 285), o que elucida a questão de que o homem está sempre em contato com a linguagem. Destarte, a linguagem é o modo como o homem se relaciona e se introduz num ambiente social e, assim, a sociedade só pode ser solidificada por meio da linguagem entre os seres humanos, ou seja, é um relacionamento mútuo. Quanto a isso, Benveniste (1968/2006, p. 24) assinala que “nenhuma língua é separável de uma função cultural” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 24), propositura que esclarece acerca da interdependência entre língua, sociedade e cultura, e sobre a consideração de que a língua deve ser estudada e ensinada sob suas diferentes formas de explanação, visto que ela é um bem social e cultural.

Diante do exposto, cabe mencionar que para Benveniste a língua funciona como um interpretante social, visto que “é impossível descrever a sociedade e descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas” (BENVENISTE, 1970a/2006, p. 98). Nesse contexto, percebe-se que a cultura, para Benveniste, é resultado de um sistema de valores, os quais são constitutivos da vida social em um conjunto de divergências, caracterizadas

pela construção de sentidos. Logo, é por meio do sistema de valores que Benveniste pontua que a língua é um interpretante social, trazendo o conceito de *semantismo social*.

Domínio semiótico e semântico na língua

Benveniste, ao analisar os níveis de uso da linguagem, os quais recobrem o discurso, traz dois universos de reflexão: o signo e o discurso, propriamente dito. Nessa perspectiva, para o autor, “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 229), as quais são primordiais para a função linguística. Nisso, Benveniste aponta que para o domínio semiótico é necessário que o signo seja reconhecido, enquanto no semântico precisa ser compreendido, uma vez que o objeto linguístico, neste caso, é o discurso, o qual é sempre singular e original. Nessa instância, pode-se fazer uma relação com o ensino de língua portuguesa nas escolas, uma vez que há formas de manifestação, explanadas pelos falantes, as quais são tidas como “erradas” e “não pertencentes à língua”, entretanto é no discurso que a língua é viva e toma forma no universo semântico, logo, desconsiderá-lo seria, no mínimo, um equívoco por parte dos educadores. Em vista disso, serão consideradas, a seguir, ideias de Benveniste acerca do domínio semiótico e semântico da língua.

Em primeiro plano, cabe afirmar que o domínio semiótico trata da língua enquanto relações de signos, ou seja, no seu interior. Sendo assim, para que uma forma se consolide como signo é necessário que seja reconhecida por aqueles que a utilizam para fins comunicativos, de modo que seja possível aos falantes estabelecer uma comunicação mútua. Quanto a isso, Benveniste diz que “tudo que é de domínio semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 227). Ademais, Benveniste, em seu texto *Os níveis de análise linguística*, pontua que para o falante a língua é um sistema orgânico de signos, visto que só é compreendida por meio da integração, ou seja, não é uma estrutura pronta, mas de natureza articulada nos sentidos. Logo, Benveniste (1962/2005, p. 130) explana que o sentido “é a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter um *status* linguístico” (BENVENISTE, 1962/2005, p. 130).

Por conseguinte, é importante destacar que Benveniste faz estudos acerca do domínio semiótico, como já visto, e do semântico. Com isso, para o autor, o domínio semântico é o uso real da língua, por meio do discurso, o qual é sempre atualizável e

único. Nesse sentido, é relevante mencionar um ponto crucial a respeito da teoria de Benveniste, a qual estabelece um diálogo com o ensino da língua portuguesa: para o autor, há uma diferença em compreender o sentido individual de cada palavra em contexto específico, por isso, observa que “ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 231). Logo, é notório o fato de que o reconhecimento de um signo, somente, não é o suficiente, mas, sim, a compreensão do seu emprego em situação real da enunciação, haja vista que “antes de qualquer coisa, a linguagem significa” (BENVENISTE, 1989).

Dado o exposto sobre o domínio semântico, é fundamental mencionar que é por meio dele que a frase toma sentido, com o fito de organizar uma comunicação entre homem e mundo, de uma maneira integrada. Para tanto, afirma-se que, enquanto no semiótico o signo possui valor, devido a integrar-se a um nível superior, no semântico, isso não ocorre, pois a frase no discurso não é uma constituinte de uma classe de unidades distintivas, visto que ela “é a própria vida da linguagem em ação” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 139), ou seja, não pode existir em finitude e em precisão de emprego.

Postuladas as ideias acima, é preciso ainda pontuar que o signo é a unidade do domínio semiótico, e a frase/discurso é a do domínio semântico, como supracitado. Assim, nota-se que o sentido de uma palavra é o seu emprego no discurso, e o da frase é uma ideia global, isto é, a junção de todas as palavras forma algo de caráter particular. Nesse cenário, Benveniste postula que “o sentido da frase é de fato a ideia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento das palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 230). Infere-se, portanto, que a forma no domínio semântico é a junção das palavras para a formação de um sentido majoritário.

A passagem da língua para o discurso: processo da enunciação

Em virtude dos fatos mencionados, convém observar que a relação de comunicação entre *homem-homem* e *homem-mundo* é intermediada por meio da linguagem, visto que, conforme postula Benveniste, não existe uma relação direta, sem que haja um intermediador. Sendo assim, o aparato simbólico *linguagem* é manifestado por meio de uma língua, a qual está interiorizada em um contexto social, no qual há a presença de cultura. Logo, se a linguagem se realiza na língua, a qual é um produto social

que carrega evidências culturais, então, para Flores e Silva (2015) “é através da língua em emprego que o homem manifesta o simbolismo cultural” (SILVA; FLORES, 2015, p. 143).

Levando em consideração os aspectos descritos, é necessário adentrar sobre a enunciação, a qual Benveniste (1970b/2006, p. 82) diz que é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82). Desse modo, para que ocorra a enunciação, é necessário que haja a presença de um locutor e de um alocutário, a que Benveniste chama de relação *eu-tu*, sendo *eu* o locutor, e *tu*, alocutário, ou seja, o locutor é o indivíduo responsável por enunciar-se na língua, colocando-a em ação, por meio da construção discursiva com o alocutário, que, por sua vez, corrobora para a permanência do discurso. Nesse âmbito, ressalta-se que o processo da enunciação pode ser analisado em aspectos: vocal, semântico e pelo quadro figurativo da enunciação.

Dada a assertiva acima, postula-se que a realização da enunciação pelo trato vocal é o ato de colocar a língua em funcionamento por meio de sons pertencentes a um idioma específico. Sendo assim, é relevante acentuar que essa ação descrita possui caráter sempre singular e único, dado que nunca um som será emitido da mesma maneira, embora seja a mesma palavra e o mesmo locutor, uma vez que os objetivos e as situações alteram-se, de acordo com a necessidade linguística do locutor em determinado momento. Portanto, Benveniste sugere que a transformação da língua em discurso é uma passagem individual, pontuando o significado de semantização linguística. Logo, o autor defende que:

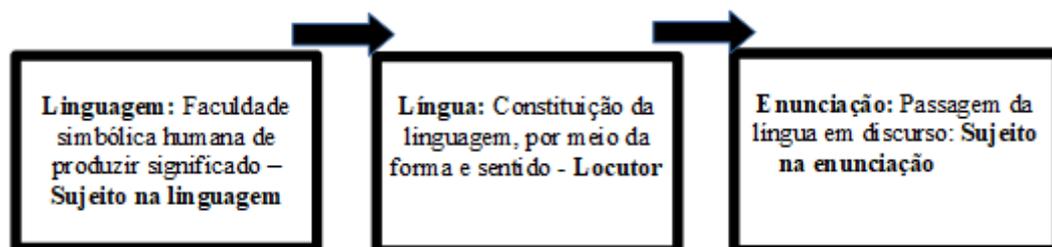
O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão a possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 83 – 84).

Por conseguinte, é perceptível a questão de que, para Benveniste, deve-se levar em pauta a enunciação, o ato enunciativo, as circunstâncias de sua realização e os instrumentos disponibilizados pela língua para que seja posta em funcionamento. Nesse contexto, nota-se que Benveniste aponta a enunciação como sendo um processo apropriativo, dado que um locutor se apropria da língua para enunciar um discurso específico e, conseqüentemente, requer um alocutário, pela razão da troca de mensagens

num código linguístico. Nisso, o autor diz que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Destarte, salienta-se que a posse da língua pelo locutor evidencia uma relação entre *língua-mundo*, visto que ao locutor cabe a necessidade de se referir por meio do discurso, enquanto para o alocutário de co-referir. Logo, a língua é colocada em uso, enfatizando, com isso, a relevância do âmbito social nos estudos linguísticos.

Acerca das postulações elencadas, é notória a questão de que Benveniste, então, considera que “o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 1989, p. 87), ou seja, para que ocorra a interação com a língua, é mister que essa seja concebida como um ato discursivo e de posse de seus falantes, isto é, como uma relação de proximidade. Com isso, tem-se o conceito do *quadro figurativo da enunciação*, o qual é uma representação didática da estrutura do discurso, o qual é concebido pela atitude de enunciação entre os sujeitos. Nesse cenário, há a presença da postulação de Benveniste, com relação à faculdade de simbolizar, a qual consiste na faculdade que propicia o relacionamento do homem com o mundo, a partir da linguagem, ou seja, é o aparato que possibilita a comunicação e o estabelecimento do homem na sociedade. Infere-se, portanto, que a linguagem, para Benveniste, é realizada numa determinada língua, a qual é enunciada por um homem, o que permite a comunicação e a troca de rudimentos culturais, os quais são de posse de um grupo social.

Figura 1: Representação da constituição de língua, linguagem e enunciação.



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Partindo dos pontos apresentados e fazendo um diálogo com o ensino da Língua Portuguesa nas instituições de ensino e com base nos PCN, é perceptível que a linguagem, presente numa língua específica, é aprendida por um falante por meio do seu contato e apropriação dos códigos linguísticos para enunciar-se em situações particulares. Nesse sentido, afirma-se, também, que os valores culturais de uma sociedade são introduzidos pela língua atualizada em discurso. Nesse sentido, Benveniste (1968/2006, p. 22) destaca que “toda criança aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 22). Sendo assim, considerando que a língua é a manifestação da linguagem, conclui-se que oferecer um ensino de uma língua próximo à vivência dos estudantes é o método mais adequado, tendo em vista que um sujeito enuncia aquilo que aprendeu em seu contexto social e, portanto, o ato de enunciação carrega sentido para o locutor que utiliza mecanismos linguísticos para atingir finalidades pessoais. Logo, é uma tarefa dos docentes de Língua Portuguesa oferecer subsídios que propiciem ao estudante o aprendizado de uma língua próxima de sua bagagem cultural, sem determinar que as variantes são “erradas”, pois, com isso, o ensino fará muito mais sentido. A seguir, será um exposto um panorama sobre as variações da Língua Portuguesa, o ensino nas escolas e nos PCN e discussões.

As variações da língua portuguesa: padrão e coloquial

Ostrower (1983, p. 22) pontua que “as línguas são experiências coletivas, no sentido de que nelas a experiência e a criatividade individual tornam-se anônimas” (OSTROWER, 1983, p. 22). Nesse sentido, como visto anteriormente em Benveniste, a língua é constituída no social, sendo fruto de troca mútua de discursos, os quais são intermediados pela enunciação, além de carregar rudimentos culturais de uma dada sociedade. Assim sendo, embora a capacidade de simbolizar seja inata a todo ser humano, o ato de enunciar-se em discurso é um aprendizado de ordem cultural e social, haja vista que o potencial linguístico de cada ser humano se realiza por meio da cultura.

Partindo da explanação acima, observa-se a língua portuguesa que, segundo Perini (2003), apresenta uma gama de variações como, por exemplo, a diferença de um falante gaúcho, para um nordestino, ou mesmo de um falante brasileiro e um português, ou seja, mesmo sendo a mesma língua, as variações estão presentes e, portanto, devem ser consideradas. Em relação a esta questão, Bagno (1999) afirma que no Brasil existem cerca de 200 falares, os quais são advindos de povos antigos que fizeram parte do processo de

colonização do Brasil. Assim, há, também, em menor escala, diferenças de povos residentes em regiões distintas como, por exemplo, o falar sulista, carioca, caipira *etc*, e a isso chama-se *variedades geográficas*.

Por conseguinte, Bagno (1999) também faz uma consideração de que além das variedades geográficas, existem variações socioeconômicas, urbanas, de grau de instrução, rurais *etc*, ou seja, quando a fala é realizada por uma pessoa alfabetizada há diferença se comparada a de uma pessoa não alfabetizada e, assim, sucessivamente. Dessa maneira, percebe-se que as variedades linguísticas são utilizadas em momentos específicos, visto que um falante modifica a língua, de acordo com os seus propósitos e local em que está inserido num determinado período. Nesse cenário, Bagno (1999) afirma que quando uma língua estabelece uma variedade padrão, essa passa a ser considerada como a de maior prestígio social, fazendo com que as demais sejam “erradas”, “feias”, “impróprias”, “pobres”, “rasas” *etc*. Quanto a isso, Perini (2003) pondera que a variedade padrão, embora considerada como a “mais adequada”, não é suficiente para atender a todas as demandas de situações específicas

de comunicação, fato que exhibe o quanto a língua altera em espaço geográfico (variação diatópica) e num período de tempo (variação diacrônica), como já pontuava Saussure (1974).

Em relação à norma-padrão, eleita como a “mais correta”, Bagno (1999, p. 23) afirma que “é uma variedade que tem Exército, Marinha e Aeronáutica [...], é uma variedade falada pelas pessoas que estão no poder”. O autor também explica que todas as variedades da língua possuem artefatos e qualidades que as tornam meio de comunicação e interação para os indivíduos, os quais as utilizam para efetuar discurso entre si. No entanto, por razões, por vezes históricas, apenas uma variedade ganha o mérito de ser a mais adequada e correta.

Dada a assertiva acima, afirma-se que o processo de colonização do Brasil iniciou no Nordeste, onde estão as primeiras cidades do país. Dessa forma, em virtude do ouro descoberto em Minas Gerais, houve a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, o que acentuou uma relevante importância econômica, cultural e política nessa região compreendida como o “Triângulo Mineiro”, isto é, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Nesse contexto, por conta do grande poder exercido pelas cidades do Triângulo Mineiro, a forma de falar o português desses locais passou a ser vista como a “padrão” e, conseqüentemente, a reproduzida por grande parte da população (BAGNO,

1999). Destarte, afirma-se que o português padrão nada mais é do que uma variedade culta, sendo utilizada em meios jornalísticos, judiciário, acadêmico e em algumas literaturas. Acerca disso, Bagno (1999, p. 26) afirma que:

O português não padrão é a língua da grande maioria pobre e dos analfabetos do nosso povo. É também, conseqüentemente, a língua das crianças pobres e carentes que frequentam as escolas públicas. Por ser utilizada por pessoas de classes sociais desprestigiadas, marginalizadas, oprimidas pela terrível injustiça social que impera no Brasil, o português não padrão é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre essas pessoas. Ele é considerado 'feio', 'deficiente', 'pobre', 'errado', 'rude', 'tosco', 'estropiado'. (BAGNO, 1999, p. 26).

Diante dos pontos elencados, é importante ressaltar que o ambiente linguístico, no qual um indivíduo convive, influencia, consideravelmente, no desenvolvimento de suas competências linguísticas. Nessa instância, é cabível mencionar a situação de uma pessoa imersa num ambiente, onde privilegia-se o português não padrão, sendo que na escola é exigido o uso da norma culta. Nesse sentido, é indubitável que preconceitos e sentimentos de ausência de identidade linguística farão parte do cotidiano dessa pessoa, fato para o qual Benveniste chamava atenção, uma vez que a língua, primeiro, deve significar e ser elemento de identidade de quem a utiliza. Ademais, pontua-se que esse quadro ocasiona, também, problemas ao docente, uma vez que há a sensação de estar ensinando algo distante da realidade dos alunos, ou seja, são ditames dos PCN que precisam ser revistos, uma vez que o número de analfabetos funcionais, no Brasil, tem crescido exponencialmente.

Acerca do uso da norma-padrão nas escolas, Bagno (1999), em seu livro *A língua de Eulália*, afirma que não se deve deixar de ensinar essa variedade em maior escala, contudo adverte que ela seja ensinada como uma variedade, assim como as demais, propiciando, desse modo, um enriquecimento de bagagem linguística aos estudantes, a fim de que sejam capazes de utilizar cada variedade em momentos específicos. Nisso, Bagno (1999) ainda destaca que a existência da norma-padrão é necessária, pois é uma forma de uniformizar a expressão culta dos sujeitos de determinada língua. Por fim, Silva (1995, p. 13) pontua que todo linguista que considere a língua um produto de ordem social e cultural tem conhecimento sobre as diferentes variedades e, portanto, oferece subsídios para os falantes utilizarem ambas, em casos singulares. Observa-se, abaixo, um quadro de Bagno (1999, p. 34) a respeito das modalidades da Língua Portuguesa:

Quadro 01 - Características do português não padrão e padrão.

Português não padrão		Português padrão	
Natural	Sua lógica de funcionamento segue as tendências naturais da língua, que criam regras que são automaticamente respeitadas pelo falante.	Artificial	Sofre as limitações impostas pela sua padronização, que dita regras para serem memorizadas e que exigem treinamento para serem obedecidas.
Transmitido	É transmitido de geração para geração, é um patrimônio linguístico que é compartilhado no convívio com a família e com as pessoas da mesma classe social.	Adquirido	É adquirido na escola por meio, principalmente, da forma escrita da língua.
Apreendido	As regras são aprendidas naturalmente pelo falante.	Aprendido	As regras precisam ser aprendidas, decoradas, memorizadas, exigindo um treinamento linguístico especial da parte do falante.
Funcional	Elimina todas as regras desnecessárias e supérfluas, que se repetem e se sobrepõem.	Redundante	Faz uso de muitas regras para dar conta de um único fenômeno.
Inovador	Se deixa levar pelas forças vivas de mudança que estão sempre ativas na língua.	Conservador	Tem o objetivo de se manter inalterado o máximo de tempo possível. Demora tempo para aceitar algum tipo de novidade.
Tradição oral	É uma língua familiar, natural, aprendida.	Tradição escrita	É privilégio dos que frequentam a escola, isto é, das classes dominantes, que adquirem a variedade padrão.
Estigmatizado Marginal Tendências livres Falado pelas classes dominadas		Prestigiado Oficial Tendências refreadas Falado pelas classes dominantes	

Fonte: Bagno, 1999, p. 34.

Em análise ao quadro 01, pode-se mencionar que o ato de conhecer os atributos destacados corrobora no aprendizado da língua portuguesa, em sua forma culta e coloquial, além de educar a percepção do “certo” e “errado”. Nesse âmbito, frisa-se que as instituições de ensino básico, por meio do ensino privilegiado da gramática normativa e dos livros didáticos, consideram o estudante como um sujeito sem conhecimento acerca de sua língua, privando-o de externar aquilo que é de seu saber. Logo, atitudes desse cenário implicam no desinteresse pelos estudos da língua portuguesa, o que, conseqüentemente, resulta em fracasso escolar e em evasão em massa. Por fim, Bagno (1999) sugere que os professores de língua portuguesa tratem a norma culta e a norma

coloquial de forma a mostrar que ambas apresentam estruturas lógicas e organizadas, ou seja, uma não sobressai à outra, apenas são utilizadas para finalidades particulares.

O ensino da língua portuguesa nos PCN

É inegável o fato de que o Brasil é uma nação plural em ordem cultural, regional e política e, com isso, os PCN devem dispor de diretrizes, as quais busquem estabelecer padrões para o ensino e a reflexão nos currículos estaduais e municipais. Nesse sentido, Rojo (2000, p. 28) explana que:

a construção dos currículos para o Ensino Fundamental, adequados às necessidades e características culturais e políticas regionais, deverá ser feita pelos órgãos educacionais de estados e municípios e pelas próprias escolas, com base na reflexão fomentada por estes referenciais, pautados essencialmente no processo de construção da cidadania. (ROJO, 2000, p. 28).

Dada a assertiva acima, é importante destacar que os PCN de língua portuguesa possuem a finalidade de elaborar propostas que visem a oferecer condições de uso de uma língua eficaz em sua modalidade escrita e oral. Logo, por meio dessa apropriação, é esperado que o número de evasão escolar diminua, bem como o insucesso escolar, além de que seja uma oportunidade de exercício pleno de cidadania. Infere-se, portanto, que esses atributos dos PCN requerem um grau elevado de reflexão didática, com o fito de as ideais serem efetivadas em sala de aula. Outrossim, frisa-se que esse esforço abrange questões de currículos plurais, assim como a elaboração de materiais didáticos que propiciem a execução prática dos preâmbulos ditados nos PCN.

Por conseguinte, é mister ressaltar que o ensino da língua portuguesa, no Ensino Fundamental, é tratado, pelos PCN, como uma ferramenta que possibilite aos estudantes a aquisição progressiva de competências linguísticas, as quais tragam subsídios para o acesso à cultura, comunicação cotidiana e vida plena numa sociedade letrada. Dessa maneira, os PCN para língua portuguesa no Ensino Fundamental (BRASIL, 1997, p. 03) expõe habilidades e competências, as quais devem ser aprimoradas nos alunos para que esses sejam capazes de:

- Expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-las com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos tanto orais como escritos coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados;

- Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-la às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;
- Conhecer e respeitar as diferentes variedades linguísticas do português falado;
- Compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;
- Valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos;
- Utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos; identificar aspectos relevantes; organizar notas; elaborar roteiros; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas *etc*;
- Valer-se da linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capazes de expressar seus sentimentos, experiências, ideias e opiniões, bem como de acolher, interpretar e considerar os dos outros, contrapondo-os quando necessário;
- Usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para expandirem as possibilidades de uso da linguagem e a capacidade de análise crítica.

Dentro dessa perspectiva, os PCN de língua portuguesa para o Ensino Médio (BRASIL, 1999, p. 145) preconizam que os estudantes desenvolvam habilidades por meio de:

1) Representação e comunicação:

- Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal;
- Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade;

- Aplicar as tecnologias de comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes da vida.

2) *Investigação e compreensão:*

- Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção, recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis);
- Recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial;

3) *Contextualização sociocultural:*

- Considerar a Língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social;
- Entender os impactos das tecnologias da comunicação, em especial da língua escrita, na vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Em suma, é notório o fato de que os conteúdos de língua portuguesa nos PCN encontram-se em duas divisões: as práticas de uso da linguagem e as práticas de reflexão sobre a língua e a linguagem (BRASIL, 1999, p. 35). Sendo assim, Freitas (2000) aponta que os PCN de língua portuguesa possuem a característica de priorizar o ensino de uma língua formal, isto é, centrada no ambiente escolar. Entretanto, é fulcral que as instituições de ensino passem a oferecer um ensino que propicie o conhecimento acerca das diversidades culturais e textuais, as quais sejam próximas das vivências dos estudantes.

Acerca do ensino da língua portuguesa, previsto nos PCN, é perceptível que há uma preferência pelo trabalho com textos em aspectos voltados à escola, além da construção de competência discursiva no estudante. Nesse âmbito, salienta-se que, com relação ao texto literário, os PCN levam o aluno a compreender o texto do ponto de vista estético, ou seja, excluem possibilidades para o estudo de sentidos, cultura e gramática. Destarte, os PCN afirmam que, para que ocorra uma formação sólida do escritor e do leitor, é necessário que o docente apresente os conteúdos de forma cotidiana, ou seja,

exibindo que as disciplinas transcendem tópicos escolares, apenas. Por fim, observa-se a concepção dos PCN acerca do que vem a ser língua, linguagem, texto e produção textual:

uma ação individual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história. Os homens e as mulheres interagem pela linguagem tanto em uma conversa informal, entre amigos, ou na relação de uma carta pessoal, quanto na produção de uma crônica, uma novela, um poema, um relatório profissional. (BRASIL, 1997, p. 20).

Assim, a noção de linguagem é trabalhada como algo que tem por objetivo atender às inúmeras situações de uso da língua. Nisso, os PCN (BRASIL, 1997, p. 7) trazem que:

produzir linguagem significa produzir discursos: dizer alguma coisa a alguém, de uma determinada forma, em um determinado contexto histórico e em determinadas circunstâncias de interlocução. Isso significa que as escolhas feitas ao produzir um discurso não são aleatórias - ainda que possam ser inconscientes - mas decorrentes das condições em que o discurso é realizado. (BRASIL, 1997, p. 7).

Com isso, pode-se afirmar que os PCN entendem por linguagem os resultados a partir de sua aplicação em esfera discursiva, fazendo, assim, com que o falante seja capaz de se integrar na sociedade. Nesse âmbito, é notório o diálogo com a teoria linguística de Benveniste, à medida que o autor expõe que a linguagem é o canal de interação do homem com o mundo e, portanto, deve ser vista e compreendida como um fenômeno de constituição de ser humano, de modo próximo aos seus falantes, pois a língua, para o autor, antes de mais nada, significa. Com relação à língua, destaca-se que, mormente, nas escolas, é ensinada apenas uma variante, a qual é julgada como a mais correta, no entanto, deve-se deixar em pauta que aprender uma língua não é apenas o processo de combinar palavras, mas, sim, de ser capaz de aplicá-la em contexto pragmático, realizando, portanto, interações sociais, como diz Benveniste (1967/2006), no domínio semântico em detrimento ao semiótico.

Acerca das ideias postuladas, é importante frisar que os PCN tratam o texto e a produção textual como uma prática social e fundamentada na interação verbal, isto é, por meio do diálogo entre locutor e interlocutor, assim como pelo posicionamento construído entre ambos. Dessa maneira, o trabalho com textos, proposto pelos PCN, considera caminhos que vão desde a análise de uma situação de enunciação até tomadas de decisão, relativas a estratégias de organização, seleção de informações e leitura crítica, a qual tem o papel de orientar revisões do texto escrito. Portanto, é evidente a relevância do uso da

língua enquanto organismo vivo e de interações, haja vista que, tanto Benveniste, quanto os pressupostos dos PCN trazem proposições de um ensino voltado à reflexão linguística em suas várias formas de manifestações, evitando, inclusive, práticas ligadas ao preconceito linguístico.

Sobre o preconceito linguístico, os PCN de língua portuguesa (BRASIL, 1997, p. 26) explanam a consideração de que o professor deve ser o principal agente de combate a essa prática em sala de aula. Assim, é preciso que os docentes revejam questões, as quais foram disseminadas como “verdadeiras” como, por exemplo, o ponto de que existe apenas uma forma correta de falar e que a escrita é mais importante que a oralidade. Nisso, os PCN apontam que a língua portuguesa possui muitas variações dialetais e, portanto, deve-se trabalhar o ensino de línguas de forma a valorizar o conhecimento linguístico que o aluno possui, em vez de tratá-lo como incapaz ou como um falante ineficiente de sua língua.

Destarte, os PCN afirmam que a escola deve ensinar aos discentes as diversas formas de uso da língua, com o intuito de utilizar cada modalidade em situações específicas. Para tanto, sugere-se que os docentes pensem em metodologias pedagógicas que tratem de atividades didáticas que façam sentido ao aluno, ou seja, que a aprendizagem seja realizada de maneira cotidiana, uma vez que a língua é um organismo vivo e social, conforme evidenciado na base linguística de Benveniste. Em suma, é esperado que o aluno utilize a língua como um instrumento de integração na sociedade, assim como para posicionar-se e, acima de tudo, comunicar-se em diversos momentos de uso.

Metodologia

A presente pesquisa é fruto de um projeto de Iniciação Científica, o qual tem a duração de um ano, do curso de Letras – Português / Inglês. Desse modo, a pesquisa possui caráter bibliográfico, uma vez que foram escolhidos textos de autores diversos, com o fito de realizar um recorte preciso dos fragmentos e partes mais relevantes ao projeto. Com isso, ressalta-se que o objetivo da pesquisa em pauta é estudar a teoria de Émile Benveniste, mais precisamente, em seus pontos de ordem da enunciação, subjetividade, cultura e semantismo social da língua. Assim, por meio do diálogo possível com a teoria de Benveniste e o ensino da língua portuguesa, buscou-se realizar uma

análise crítica dos PCN, com o propósito de verificação de como o ensino de língua pátria é tratado nesse documento.

Em primeiro plano, foram escolhidos os livros Introdução à Teoria da Enunciação (FLORES, 2013), Problemas de Linguística Geral I (BENVENISTE, 1964), Problemas de Linguística Geral II (1967), sendo realizados recortes de alguns dos textos. Por conseguinte, foram escolhidos os autores Rojo (2000), Bagno (1999) e Castilho (1980), por tratarem de temas relacionados ao ensino de língua portuguesa nas escolas, relações de preconceito linguístico e variação linguística. Ademais, foram analisados documentos dos PCN, especificamente de língua portuguesa (BRASIL, 1997) e (BRASIL, 1999), com a finalidade de estabelecer pontos em comum entre as teorias linguísticas e os documentos oficiais, de modo analítico e crítico.

Em suma, a pesquisa foi dividida em três momentos: revisão bibliográfica da obra de Benveniste; estudos das obras dos autores Rojo, Bagno e Castilho e análise dos documentos oficiais dos PCN. Nesse sentido, em um quarto momento, foi realizada a integração dos conteúdos das três áreas com o intuito de estabelecer um diálogo entre os conhecimentos. Sendo assim, para Gil (1999), a pesquisa de levantamento bibliográfico possui o diferencial de permitir ao pesquisador um amplo conhecimento de assuntos, os quais, posteriormente, são submetidos ao processo de triagem, a fim de atender às demandas da pesquisa em questão.

Discussões

Tendo em vista os tópicos elencados anteriormente, faz-se necessária a realização de uma discussão acerca dos conhecimentos expostos. Nesse sentido, primeiramente, afirma-se que os docentes de língua portuguesa, no Brasil, possuem o desafio diário do ensino da língua pátria, no contexto de ensinar a língua padrão como a formal, embora reconheçam o predomínio da língua oral e o avanço da linguagem informal na sociedade. Desse modo, Castilho (1980) corrobora dizendo que os professores precisam revisar os métodos de ensino, enfatizando o que é ensinar, como ensinar, para que ensinar e, por fim, para quem ensinar, permitindo, com isso, uma gama de comunicações, já que a linguagem é dinâmica.

Analisando o que foi exposto sobre os PCN, cabe afirmar que o documento prevê um perfil social da linguagem, à medida que alerta sobre a fulcralidade do ensino de uma língua, a qual ofereça competências e conhecimentos para que os estudantes façam a

modulação de acordo com os seus propósitos particulares. Nessa perspectiva, salienta-se que a linguagem é um produto colaborativo, logo, como visto em Benveniste, a sua construção é intermediada pelo discurso entre o locutor e o alocutário, isto é, por meio de interações sociais. Assim, uma criança aprende uma língua por estar inserida numa sociedade, a qual possui valores culturais e linguísticos.

Faraco e Tezza (1992) frisam que a atividade de “escrever” só terá significados se os professores de língua portuguesa trabalharem estratégias que sejam parte da vivência dos alunos. Nisso, propõe-se que os docentes realizem uma extensão do mundo externo dentro da sala de aula, assim como preparem os alunos para as atividades comunicativas exteriores. Outrossim, a partir dessa visão da língua como um produto social, conforme dizia Benveniste, é mister a reflexão de que quanto maior for o domínio da língua, maior será a consciência linguística, quanto ao momento adequado de utilização de determinada variante. Para tanto, os PCN trazem o pressuposto de que a fala e a escrita devem ser trabalhadas visando a aplicação no meio social, haja vista que a ação de compreender uma língua é saber tomar posições coerentes e éticas com o ato interlocutivo, ou seja, a atualização de uma fala/escrita requer ética por quem ensina e por quem aprende (BRASIL, 1997).

Por conseguinte, reitera-se que a escola possui a responsabilidade de analisar os diferentes graus de letramentos dos alunos, pois quanto menor, mais atenção é requerida. Dessa maneira, as instituições de ensino precisam promover o processo de letramento de forma progressiva, tornando os estudantes capazes de criar e interpretar textos nas mais variadas esferas sociais. Nesse âmbito, os PCN (BRASIL, 1997, p. 27) afirmam que:

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações, etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois seria descabido ‘treinar’ o uso mais formal da fala. A aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la. (BRASIL, 1997, p. 27).

Em suma, é de conhecimento das escolas que os alunos realizam formas distintas de usos da linguagem oral, de acordo com condições e instituições sociais às quais pertencem. Logo, é esperado que a escola se responsabilize por lapidar e adequar a bagagem linguística dos alunos para situações diversas de suas realizações. Nisso, sugere-

se o estudo de Bagno (1999), o qual traz, de forma didática, opções de como trabalhar as variações orais no contexto escolar.

Conclusão

Após a realização desta pesquisa bibliográfica, conclui-se que a Teoria da Enunciação, de Benveniste, oferece respaldo teórico para a análise de uma língua, enquanto fenômeno social e cultural. Dessa forma, considera-se que o autor possui potencial para ser trabalhado e estudado em questões de propostas de ensino, como foi visto no decorrer deste trabalho. Nesse sentido, é necessário afirmar que a linguagem deve ser utilizada como um artefato cultural e de pertencimento de quem a utiliza, isto é, são os usuários de uma língua que a tornam viva e, portanto, considerar suas variantes no ensino é um ponto fundamental.

Por conseguinte, conclui-se que os PCN, embora reconheçam as práticas sociais da linguagem, ainda necessitam de maior respaldo técnico e teórico, no que tange a propostas práticas de trabalho para aplicação dos docentes. Nesse cenário, os PCN entendem que a escola é o agente responsável pela formação dos alunos, no contexto de instruí-los quanto à inserção na sociedade, por meio da comunicação. Outrossim, conclui-se que esse documento também abrange questões relativas ao preconceito linguístico, de modo que a variante padrão é estudada assim como as demais, ou seja, cada uma com suas particularidades.

Dessa maneira, percebe-se, com a realização desta pesquisa, que o ponto central dessas análises não é sobre o ato de falar certo ou errado, mas, sim, de adequar as variações para determinados momentos enunciativos, fato que deve ser trabalhado em sala de aula. Acerca disso, é pertinente dizer que os docentes de língua portuguesa deveriam ter a oportunidade de realizar mais formações continuadas, com a finalidade de estudar pontos linguísticos de autores como Bagno, Benveniste, Rojo entre outros, pois, com isso, o aporte teórico será consideravelmente maior e a aplicação em sala de aula ocorrerá de forma satisfatória.

Referências

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri; revisão técnica do Prof. Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- CASTILHO, Ataliba. A constituição da norma pedagógica do português. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: Unicamp, v. 22, p.9-18, 1980.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- FLORES, Valdir Nascimento. *Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Descobrimos novas formas de leitura e escrita*. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- ROJO, Roxane (Org.). *A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN's*. São Paulo: EDUC, Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- SILVA, Rosa Virgínia Matos e. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala e a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto, 1995.